



DISCURSO

& SOCIEDAD

Copyright © 2008
ISSN 1887-4606
Vol. 2(2) 265-296
www.dissoc.org

Artículo

**A Pobreza no Contexto Brasileiro
Da Exclusão Econômica e Social à Ruptura Familiar**

***Poverty in the Brazilian Context:
From Economic and Social Exclusion to Family Rupture***

Denize Elena Garcia da Silva
Universidade de Brasília

Resumo

O estudo discute em que medida a pobreza nas ruas e a ruptura familiar se entrecruzam e se enfraquecem mutuamente no declive da questão social. Para tanto, são examinadas manifestações de questão social sob a lupa da Análise de Discurso Crítica, proposta por Fairclough (2003), associada aos fundamentos da teoria das representações sociais (Moscovici, 2003). O enfoque da análise textual na dimensão crítica é, aqui, balizado pela Linguística Sistêmico Funcional, sobretudo pela proposta de Halliday e Matthiessen (2004) no que concerne à relação entre os processos de transitividade da linguagem e outros elementos e aspectos da vida social. Os resultados apontam para uma realidade que tem sua fonte geradora na sociedade atual, a qual caminha na esteira das representações sociais, calçando as sandálias da cristalização de valores, atadas pelas tiras das desigualdades econômicas e, sobretudo, sociais.

Palavras chaves: pobreza, desigualdade, exclusão, ruptura familiar, análise de discurso crítica

Abstract

*This study discusses the extent to which family rupture and street poverty are related, how they mutually exacerbate each other, and how they lead to further social deterioration. For this purpose, social manifestations are examined under the lens of Critical Discourse Analysis as proposed by Fairclough (2003), in conjunction with the theory of social representations (Moscovici, 2003). The critical dimension of text analysis is analyzed here, resorting to Systemic Functional Linguistics, especially Halliday and Matthiessen's proposal (2004) as regards the relationship between language transitivity processes and other elements and aspects of social life. The results point toward a reality generated in current society, a reality that involves social representations, the crystallization of values, and economic and especially social inequalities. **Keywords:** poverty, inequality, exclusion, familiar rupture, CDA*

Keywords: poverty, inequality, exclusion, familiar rupture, CDA

Introdução¹

O presente artigo enfoca duas realidades – pobreza nas ruas e ruptura familiar – que, a meu ver, movem a questão social. A pobreza é um fenômeno que cresce de modo acelerado no Brasil, razão pela qual constitui tema recorrente nos meios acadêmicos e nas políticas sociais, o que implica demandar a cobrança de soluções na esfera da gestão pública. Ilustra-se, aqui, a questão social da pobreza no contexto brasileiro e, de modo específico, procura-se focar questões referentes à família, enquanto célula nuclear da sociedade.

O objetivo central é, pois, discutir em que medida rupturas familiares e a questão da pobreza nas ruas se entrecruzam e se enfraquecem mutuamente na trilha da questão social. Nessa perspectiva, examinar as representações que envolvem o conceito de família em nossa sociedade atual, bem como discutir as condições em que vivem as famílias sem teto, em situações que configuram pobreza absoluta, leva-nos a questionar as relações econômicas, políticas e sociais que moldam e estruturam a cognição social.

Os dados empíricos aqui analisados envolvem três gêneros discursivos: narrativas espontâneas de moradores de rua, colhidas mediante entrevistas realizadas de acordo com os moldes etnográficos; textos informativos selecionados da mídia escrita; e documentos publicados no Diário Oficial da União. Para a descrição e interpretação dos dados, recorre-se à lupa da Análise de Discurso Crítica (Fairclough, 2003), na condição de instrumento teórico-metodológico básico de análise, às contribuições da Linguística Sistêmico Funcional (Halliday, 1975; Halliday e Mathiessen, 2004), bem como ao auxílio dos pressupostos da teoria das representações sociais (Moscovici, 2003). As contribuições de T. van Dijk (1999) também subsidiam a posição analítica e crítica do estudo ora apresentado. Seria importante implementar autores latinos a la teoría de modo que nuestro aporte a una revista internacional sea, entre otros, mostrar cómo distintos autores latinos dan cuenta de este problema y cómo hay modos de analizar que también se construyen en la academia latina.

Preliminares teóricos

A Análise de Discurso Crítica (ADC) constitui uma forma de pesquisa social e, como tal, é também considerada uma prática teórica crítica, sobretudo, porque se baseia na premissa de que situações opressoras podem ser mudadas, uma vez que são criações sociais passíveis de serem

transformadas socialmente. De acordo com Fairclough (2003), a contribuição da pesquisa social crítica está em procurar compreender como são produzidos pelas sociedades tanto os efeitos benéficos (como distribuição de renda), como os maléficos (tais como os gerados pela desigualdade social e econômica), e como os efeitos maléficos podem ser mitigados ou, em condições propícias, eliminados. Conforme enfatiza o autor, a pesquisa social crítica começa com questionamentos a respeito de como as sociedades podem prover algumas pessoas com tantos recursos e possibilidades para enriquecer e satisfazer vidas, e como, por outro lado, negam a outras esses recursos e possibilidades. Um questionamento específico, que se molda à proposta da ADC, concerne à questão da pobreza nas ruas, ainda mais quando tal problema aparece associado a questões de rupturas no eixo da família.

Na análise dos dados empíricos, busca-se utilizar a relação dialógica que existe entre as bases funcionais da linguagem, defendidas, sobretudo, por Halliday e Matthiessen (2004), e o modelo de Análise de Discurso Crítica que vem sendo desenvolvido por Fairclough (2003). A Linguística Sistêmico-Funcional (LSF) aponta três macrofunções que ocorrem simultaneamente na linguagem: a função ideacional (ênfase na oração como processo); a função interpessoal (ênfase na oração como ato de fala); e a função textual (ênfase na oração como mensagem). Destacam-se, aqui, os processos de transitividade da língua, os quais se encontram associados à função ideacional, que consiste na expressão do conteúdo, da experiência do falante/escritor em relação ao mundo real (incluindo as noções de tempo e espaço) e ao mundo interior de sua própria consciência. Uma vez que a linguagem estrutura a experiência e contribui para determinar nossa visão de mundo, pode-se identificar em uma oração uma transitividade evidenciada por vários tipos de processos – material, comportamental, mental, verbal, relacional e existencial – com seus significados e participantes característicos, bem como as circunstâncias que os envolvem (Silva, 2006).

Na perspectiva da LSF, enquanto a função constitui uma propriedade fundamental da linguagem, a gramática pode ser compreendida como sistema de opções disponíveis na língua, sendo que o falante ou escritor realiza suas escolhas dentro desse sistema, sempre num contexto de situação social de fala ou de escrita (Halliday e Mathiessen, 2004). Como essa proposta teórica relaciona o social e o lingüístico, sua operacionalização reveste-se de natureza transdisciplinar, o que possibilita sua adequação a outras teorias. No caso da ADC, dentro do enquadre teórico-metodológico proposto por Fairclough (2003), um texto, além de envolver simultaneamente as funções ideacional, interpessoal (identitária e relacional) e textual, deve ser visto sob o prisma de três tipos de significados, ou seja, como ação, representação e identificação, que são

elementos de ordens de discurso. Quanto aos três tipos de significados, o acional, associado ao gênero, permite focar o texto como modo de inter(ação) em eventos sociais. O significado representacional, associado à “transitividade” apontada no modelo hallidiano, concerne ao discurso, uma vez que compreende a representação de aspectos do mundo (físico, mental e social) em textos, enquanto o significado identificacional, relacionado ao estilo, envolve a construção e a negociação de identidades no discurso. Nesse sentido, a análise textual envolve não só o lingüístico, mas também o que Fairclough caracteriza como análise interdiscursiva, por meio da qual os textos são enfocados ao mesmo tempo em termos de gêneros, discursos e estilos.

Explica Fairclough que cada ordem de discurso encerra gêneros discursivos característicos, que articulam estilos e discursos de maneira relativamente estável num determinado contexto sociohistórico e cultural. Nessa perspectiva, como observa Ramalho (2005:34), “toda oração dentro de um dado texto pode ser vista como produção semiótica (função textual), que constrói o mundo (função ideacional) e estabelece relações sociais entre seus produtores (função interpessoal), bem como entre outros participantes que ocupam esse mundo (função relacional)”. Assim é que o fio social se entrelaça na trama do tecido gramatical do sistema lingüístico, o que resulta na interiorização pela linguagem nos demais momentos da prática social.

Quanto às representações sociais, trata-se, de acordo com Moscovici (1996: 22) de “formas de conhecimento socialmente elaborado e partilhado, representantes de uma visão prática e concorrente na construção de uma realidade comum a um grupo social”. Embora se distanciando do conhecimento científico, as representações sociais se aproximam de um saber de senso comum, não só por sua importância nas interações cotidianas e na vida social, mas, sobretudo, por suas conexões com as relações de poder mediante as práticas discursivas. Ao discutir as raízes de uma representação social, Moscovici (2003: 344) afirma que “nós absorvemos representações sociais, começando na infância, juntamente com outros elementos de nossa cultura e com nossa língua materna”, o que aponta para sua gênese na linguagem, bem como em outras formas de cultura.

Cabe, aqui, registrar a noção de representação na ADC. Nas palavras de Fairclough (2003:25), “a representação é uma questão claramente discursiva e é possível distinguir diferentes discursos que podem representar a mesma área do mundo de diferentes perspectivas ou posições”. Então, pode-se perguntar como são representadas, por diferentes segmentos da sociedade, as desigualdades sociais que geram a exclusão social retratada na pobreza nas ruas. Trata-se, a meu ver, de buscar um caminho de discussão que envereda pela *cognição social*. Ao referir-se a esse conceito, cognição social, T. van Dijk (1999: 70) sugere uma combinação de representações

mentais socialmente compartilhadas e os processos de seu uso em contextos sociais, o que lhe permite esclarecer-nos que “a cognição social e especialmente a ideologia podem ser totalmente compreendidas somente em termos de suas funções sociais para os atores sociais como membros de um grupo em situações sociais”.

Mais uma questão merece ser sondada com relação a um grupo social básico, ou seja, a família. Há relação entre pobreza nas ruas e ruptura familiar? Embora se trate de problemas à primeira vista dissociados, encontra-se um elo constante entre eles, o que nos permite apontar metaforicamente duas pegadas que se perfilam conjugadas nos passos da questão social. Deve-se esclarecer, de início, o que implica a questão social.

A questão social

A questão social pode ser caracterizada como conjuntos de problemas de uma dada sociedade, que se interceptam nas esferas dos âmbitos: econômico, político e social. No âmbito político, a questão social aparece sempre mesclada por práticas sociais e discursos contraditórios e, em decorrência do caráter antagônico das estruturas social e econômica, o consenso absoluto, sobretudo com relação ao pensamento e práticas hegemônicas, torna-se, então, ilusório (Cerqueira Filho, 1980). De acordo com Cerqueira Filho, trata-se de uma questão visível no Brasil desde o fim do século XIX, ainda que camuflada durante muito tempo pelo processo de industrialização baixo o controle de importadores e exportadores vinculados ao capital internacional. Comenta o autor que somente após 1930 a questão social passou a ser reconhecida como questão de política (*apud* Arcoverde, 2006).

Em seu estudo recente, Arcoverde (2006: 30) sugere que, “de fato, a questão social desponta como expressão das contradições de um capitalismo assentado no padrão econômico de substituições de importações e industrialização periférica”. Lembra a autora que vários estudiosos, como Castel (1998), Rosanvallon (1998), e Martins (1997) entre outros, têm reconhecido o desafio da questão social para as sociedades contemporâneas diante, sobretudo, dos marcos da mundialização da economia, bem como da avidez pelo lucro mediante competitividade e concorrência no mercado.

Por outro lado, como bem observa Nascimento (2003:124), o sistema capitalista moderno, graças à capacidade que lhe é intrínseca de aumentar a produção, bem como a produtividade de forma sistemática, gerou não só uma mudança nas necessidades humanas, mas também uma variedade extraordinária de respostas a tais necessidades, o que implicou uma ampliação das mesmas. E, o que mais cabe ressaltar entre as observações do autor, foi o surgimento simultâneo de uma hierarquia dentro do sistema de

distribuição que, conseqüentemente, relegou ao abandono em sua base “uma enorme massa de pessoas destituídas de bens”.

Além disso, a fase atual de desenvolvimento político-econômico brasileiro, navegando nas esteiras da globalização, tem acentuado o descompasso das estruturas econômicas e sociais. Como sugere Salama (2004: 38), “as desigualdades territoriais se superpõem às desigualdades de renda. A globalização tende a ser cada vez mais excludente, produzindo, num lugar, região de integração do tecido social e, em outras regiões, desintegração”. As palavras do economista francês se coadunam com a realidade brasileira.

Se, por um lado, nosso modelo de capitalismo implicou, com a força da produtividade e do trabalho, possibilidade de respostas às necessidades das pessoas, por outro lado passou a impor um custo diante da ineficiência produtiva, o que veio a afetar famílias com menos recursos, sobretudo os chefes de família que não tinham trabalho regular, com renda fixa. Além de deserdados de uma condição de vida digna, passam a conviver com a situação de desemprego e ausência de renda. Isso evoca a posição de Arcoverde (2006: 31), para quem “o trabalho passa a ser alvo de dois tipos de redução geradora de carências múltiplas: a de custo com a força de trabalho e a de custo com a ineficácia produtiva”, o que resulta na expulsão dos incapazes em termos de adaptação, assim como na subcontratação dentro das empresas.

Deve-se, aqui, acrescentar os subempregos que não são reconhecidos oficialmente, como é o caso das pessoas que vivem e trabalham nas ruas na coleta de material de reciclagem – papelão, papel branco, plásticos e latas –, como uma estratégia de subsistência. Brasília, por exemplo, constitui um espaço rico nesse material, que é recolhido por migrantes pobres, cuja identidade social parece ser tão somente a de “moradores de rua” ou “catadores de lixo”. A capital, que representou na fase de sua construção, há cinquenta anos, a oportunidade de emprego e moradia para muitos operários migrantes – os candangos – oriundos de várias partes do Brasil, parece ter ficado no imaginário popular como a terra prometida de onde iria verter para sempre leite e mel, conforme o sonho de Dom Bosco.²

Hoje, muitos migrantes que vêm para Brasília, na esperança de uma oportunidade de melhoria de vida na cidade símbolo da modernidade, encontram uma dura realidade, qual seja, sua entrada efetiva nas malhas socioeconômicas da cidade muitas vezes se dá pelo lixo. Como comentam Bursztyn e Araújo (1997: 35), “o lixo da cidade constitui o primeiro elo estrutural que une esses migrantes à vida do Distrito Federal”. Nesse sentido, a capital constitui um exemplo típico de exclusão histórica, conforme observam os dois autores mencionados, no livro *Da utopia à exclusão social: vivendo nas ruas de Brasília*, publicado em 1997. A

realidade apontada pelos dois sociólogos ainda permanece, embora se tenha passado dez anos. Agora, são os “novos candangos” que, vivendo em situação de rua, passam a formar parte de agregações de sobrevivência com laços sociais característicos, resultantes de uma nova identidade social gerada pelo subemprego, pela pobreza absoluta.³ Trata-se dos novos excluídos socialmente, vítimas de um sistema político-econômico injusto. Os reconhecidos pelos outros segmentos da sociedade tão somente como “moradares de rua” e “catadores de material reciclável” experimentam, no dia-a-dia, a condição da pobreza absoluta. São centenas de famílias que, por não terem moradia fixa, não têm direito a programas políticos de assistência do governo, tais como Bolsa-Família, tampouco são incluídas no senso populacional oficial.

Mas essa pobreza absoluta, que hoje pode ser apontada na capital, constitui apenas uma “ilha” de exclusão comparada com as demais regiões do país. Um “Atlas da exclusão social no Brasil”, publicado em livro organizado por Pochmann e Amorin (2004), ilustra a geografia nacional da exclusão social. De acordo com a pesquisa realizada pelos autores e colaboradores, a exclusão social no seu estado mais brutal – fome, famílias numerosas em situação de grave pobreza e analfabetismo – aparece de modo assustador no norte e no nordeste e está presente também no centro-sul do país. Conforme registram Pochmann e Amorin (p. 22), “nas regiões em torno e abaixo do Trópico de Capricórnio, destaca-se a intensidade de uma ‘nova’ exclusão, herdada do modelo econômico de corte neoliberal que gerou, a partir de 1990, milhões de desempregados escolarizados e famílias monoparentais que vivem na pobreza por ausência de renda.”

Isso nos permite inferir que o capitalismo brasileiro parece tornar-se cada vez mais uma máquina de produção e reprodução de desigualdades tanto econômicas quanto sociais. Um ponto crucial que deve ser considerado como cerne da questão social concerne ao problema da desigualdade socioeconômica, o qual tem acentuado a questão da pobreza e da exclusão social no contexto brasileiro. Afirma Rocha (2005:31) que “a incidência de pobreza absoluta no Brasil decorre da forte desigualdade na distribuição de rendimento”. Como bem observa a autora, a exclusão econômica antecede a exclusão social. E o mais agravante, deve-se acrescentar, é que em nossa sociedade como um todo começa a se delinear uma espécie de cultura da insensibilidade, uma vez que nos acomodamos diante da ausência de políticas públicas que revertam tal situação.

Pode-se constatar a presença de pares de vocábulos que caminham juntos – seja nos meios acadêmicos ou nos noticiários de modo geral – e que se encontram incorporados nas nossas práticas discursivas de maneira quase que naturalizada, tais como “riqueza e pobreza”, “igualdade e desigualdade”, “inclusão e exclusão”. Mais do que pistas lingüístico-

discursivas da questão social, trata-se, a meu ver, de representações que já fazem parte da nossa cognição social e que convivem como marcas dessa cultura da insensibilidade que parece propagar-se a céu aberto em nossa sociedade.

Pobreza nas ruas: rastros da desigualdade e da exclusão

A pobreza material pode ser definida, de modo genérico, como uma situação em que as necessidades básicas não são atendidas de forma adequada, tais como habitação, alimentação e vestuário entre outras. Embora exista também no campo, é nas grandes cidades que esse fenômeno social cresce em volume, impulsionado, sobretudo, pelo desemprego. Nos centros urbanos, quando a escassez e a miséria entram nas casas, as ruas, a exemplo da “beira das estradas” no campo, passam a ser o local de sobrevivência. Como comenta Bursztyn (2003:19), “viver *no meio da rua* não é um problema novo. Se não é tão antigo quanto a própria existência das ruas, da vida urbana, remonta, pelos menos, ao renascimento das cidades, no início do capitalismo”.

Entre as iniquidades sociais que permeiam a sociedade, destacam-se dois conceitos que, embora diferentes semanticamente, encontram-se imbricados à questão da pobreza nas ruas. Trata-se da desigualdade e da exclusão. Enquanto o termo desigualdade econômica implica a distribuição diferenciada entre seus participantes do que é produzido dentro de uma sociedade, a exclusão significa pôr para fora, expulsar indivíduos ou grupos sociais de um espaço de igualdade social. O conceito de exclusão encontra-se, por oposição ou contraste, paralelo ao conceito de coesão social, uma vez que a exclusão implica o rompimento de vínculos sociais.

Com base nas reflexões de Xiberras (1993), quanto à ruptura de vínculos sociais, Nascimento (2003:60), assinala a possibilidade de rompimento com relação a três vínculos:

- vínculos societais – quebra de valores e representações sociais, que são próprios de uma dada sociedade;
- vínculos comunitários – quebra de laços e relações de afeto e parentesco;
- vínculos individuais – perda da capacidade de comunicação com o outro, ou seja, com o que é exterior ao indivíduo.

Observe-se que os vínculos destacados acima se encontram alinhados respectivamente à sociedade, à comunidade (aí incluída a família) e ao

indivíduo. Enquanto os valores e as representações sociais são assimilados coletivamente, uma vez que formam parte do senso comum, os laços pelo sangue, os sentimentos de pertença, de respeito recíproco entre os parentes, bem como as relações de afeto, são fortalecidos na estrutura familiar, onde cada membro deve encontrar o espaço para o diálogo e a garantia de apoio para manter a saúde física e mental, o que envolve paz e harmonia. Essas são condições que complementam as necessidades básicas para se viver com dignidade. No caso da pobreza nas ruas, pode-se afirmar que a exclusão social constitui a resultante dentro de um *continuum* que envolve uma série de rupturas configuradas nas perdas de vínculos sociais, familiares e individuais, alguns sem possibilidade de resgate na maioria das vezes.

Cabe registrar, ainda, que a face mais injusta da exclusão delinea-se, a meu ver, no que Nascimento (2003: 81) sugere ao concluir suas reflexões acerca da situação de pobreza decorrente do processo de desenvolvimento no contexto brasileiro. Trata-se desse tipo de exclusão que emerge da pobreza nas ruas, que é configurada por um grupo social “que se torna economicamente desnecessário, politicamente incômodo e socialmente ameaçador, podendo, portanto, ser fisicamente eliminado”, o que evoca o conceito de “apartação social”, termo sugerido por Buarque (2003), para quem uma sociedade apartada não decorre tão somente de uma conseqüência do desenvolvimento, uma vez que se trata, na verdade, de uma criação social, já que resulta não apenas da desigualdade social, mas de uma separação dos grupos sociais. Nesses casos, em nível de vínculos societais, a criação de medidas políticas – que vão desde a desqualificação do voto do pobre até a proibição da sua presença em espaços públicos delimitados para outras classes sociais – pode ser apontada como fator que legitima a separação de grupos sociais, além de representar de modo padoxal a quebra de valores próprios de uma sociedade reconhecida como democrática. A quebra de laços responsáveis por vínculos comunitários, sobretudo os pertinentes à família nuclear, será discutida a seguir.⁴

A família e o problema dos elos rompidos

De modo geral, a família é definida, por tradição, como um sistema social uno, que consiste em uma estrutura nuclear ou conjugal formada por um homem e uma mulher que habitam um mesmo espaço com seus filhos biológicos ou adotados.⁵ A idéia primordial da família é a de abrigo primário (casa) e de aconchego (lar), onde se encontram as condições mais imediatas para suprir as necessidades básicas relativas ao bem estar, à saúde física e mental de seus membros. Como agregação social, de acordo com Minuchin (1990), a família configura um grupo que concentra as funções de

proteção e socialização de seus membros, como resposta às necessidades da sociedade da qual faz parte.

Desde um ponto de vista antropológico, a família é por definição a essência da sociedade (Velho, 1997). Trata-se de um valor de consenso que ecoa também nos estudos voltados para a Linguística, dentro da área de Análise do Discurso, como ilustra Pardo (2005), para quem a família constitui o eixo central na formação da identidade das pessoas. O valor da família como agente socializador mantém-se em sua essência. Não obstante, deve-se registrar uma observação de Hall (2003:7), para quem “as velhas identidades, que por tanto tempo estabilizaram o mundo social, estão em declínio, fazendo surgir novas identidades e fragmentando o indivíduo moderno”.

Embora uma tradição secular não perca a força identitária tão facilmente, a tríade pai, mãe e filhos, sobretudo no contexto da pobreza nas ruas, tende a se enfraquecer. Isso porque a dura realidade da carência do pão, somada muitas vezes ao alcoolismo, à perda do respeito mútuo, bem como à ausência da autoridade dos pais sobre os filhos, implica o afrouxamento e a ruptura das relações sociais nos laços de parentesco, o que fragiliza a estrutura familiar e a identidade de cada um. Num *continuum* crescente, esses problemas se agravam pelo rompimento anterior de vínculos societários, tais como, trabalho, valores materiais e simbólicos oriundos de representações sociais, o que acarreta o perigo da ruptura de vínculos individuais.

Em seus estudos voltados para o conceito de família, Pardo (2005:1) identifica duas representações discursivas a partir de dados colhidos entre grupos de indigentes de algumas cidades argentinas. Explica a autora que, de um lado, encontra-se a ‘família de origem’ que costuma agir expulsando seus membros do núcleo familiar, enquanto, de outro lado, encontra-se a ‘família de rua’ que, em oposição à primeira, “funciona como lugar de aceitação e busca de uma clara função maternal ou paternal, ou como uma rede de solidariedade entre membros de igual ou distinto sexo, igual ou distinto nível socioeconômico na situação de rua”. Enfatiza a pesquisadora argentina que a perda da ‘família de origem’ equivale ao enclave da ruptura ou crise do processo identitário. Parece que essas duas representações de família podem ser observadas também no contexto brasileiro.

Como retrato da pobreza sem teto, a ‘família de rua’ – espaço emergencial para a garantia de sobrevivência – vem perdendo aos poucos, no contexto brasileiro, a sua característica de *célula mater*. Ainda que se configure como “reconstituída” por homens e mulheres que se juntam nas ruas, formando novos pares que representam, na realidade, agregações de sobrevivência, essa nova ordem de família parece estar sempre inclinada a arrastar seus filhos para o meio das ruas como pedintes.⁶ A propósito, no

contexto da pobreza, a ruptura do núcleo conjugal costuma representar um dos fatores mais comuns que leva crianças e adolescentes a viverem em situações de rua. Isso porque, diante de fenômenos sociais, tais como abandono do lar, ou separação por morte de um dos cônjuges – embora os laços familiares se mantenham na estrutura monoparental de mãe/filhos, ou pai/filhos –, muitas vezes emerge também da exclusão econômica a necessidade de colocar os filhos numa situação de trabalho (quase sempre subemprego) para subsistência da família, o que implica um desvio de funções e de papéis sociais, sobretudo, os voltados para a formação da identidade dos membros.

Por outro lado, deve-se registrar que trabalhadores pobres costumam adotar a rua como moradia tão somente porque romperam seus laços familiares. Mas isso pode ocorrer também como consequência do alto custo de deslocamento dos centros (onde se encontra o trabalho) para a periferia (onde está a moradia). Trata-se de homens que, na maioria das vezes, encontram-se em idade ainda favorável para o trabalho, como demonstra um estudo com pessoas em situação de rua na cidade do Rio de Janeiro, realizado por Escorel (2003: 155), cujos resultados lhe permitiram afirmar que “a população de rua está constituída, em sua maioria, por homens sós em idade produtiva”. Cabe, aqui, ressaltar que ao lado do problema da ruptura familiar, principalmente nas classes que vivem à margem da sociedade (os apartados), outros elos sociais rompidos que levam ao trabalho marginalizado, aos riscos da perda de oportunidade de reconstrução de vida e às dificuldades de moradia parecem ser uma constante no Brasil, o que será ilustrado a seguir.

Os dados em cena

O propósito desta seção é analisar – baixo a lupa da ADC, da LSF e da TRS – processos de natureza lingüístico-discursiva, bem como identidades sociais construídas em contextos que envolvem discursos provenientes de pessoas que vivem em situação de rua. Busca-se examinar, ainda, as representações sociais que permeiam discursos institucionais com relação aos excluídos socialmente. Trata-se dos resultados parciais de uma pesquisa de natureza qualitativa que envolve, aqui, uma triangulação de dados, mediante um recorte de entrevistas com moradores de rua, realizadas de acordo com moldes etnográficos entre 2005/2006, seleção de documentos publicados no Diário Oficial da União (decreto nº 5.940 de 25/10/06 e a Lei 8742 de 07/12/93), assim como a utilização de textos da mídia escrita.

Considero que transformar em material de trabalho o discurso de pessoas em situação de rua, comparando-o com discursos institucionais,

constitui uma maneira de arquivar conhecimentos para fortalecer a identidade de uma classe social oprimida pela pobreza. Além disso, na perspectiva da Análise de Discurso Crítica, o discurso constitui uma forma de “prática social”. Como esclarecem Fairclough e Wodak (2001:367), o fato de se descrever o discurso como prática social sugere uma relação dialética entre um acontecimento discursivo particular e as situações, bem como instituições e estruturas sociais que o envolvem, o que será ilustrado a seguir.

O exemplo (1) abaixo configura um acontecimento discursivo particular.⁷ Trata-se de uma narrativa que envolve situações relacionadas, dialeticamente, a duas instituições sociais: de um lado, um órgão público do governo do Distrito Federal (TERRACAP) e, de outro, a família do narrador. Ainda que emprego e família não estejam associados de maneira direta, observa-se, aqui, outra relação dialética, já que a situação provocada pela primeira instituição (a exigência de concurso interno) desencadeou uma situação de insucesso (reprovação) e uma ruptura (demissão), o que veio a afetar a instituição familiar, em termos de sobrevivência. Vejamos.

(1) *A gente morava em Brasilinha. Trabalhei na TERRACAP sete anos em serviço de demolição [de prédios públicos desativados]. Depois que passaram a exigir concurso, eu fiz a prova... num passêi...aí eu fui mandado embora. Fiquei desempregado porque eu num tinha outra profissão. Chegá em casa, vê a mulher e os filho chorando em frente as panela vazia... o jeito foi vim pra Brasília e acampá nas ruas com a família... recolhê entulho na carroça e vendê o que achar... latinhas... papelão e outras coisas... pra dá de comer e podê sobrevivê.*

(Antônio, 43 anos)

Do ponto de vista lingüístico-textual, uma microanálise permite observar que, logo no início da narrativa em destaque, o significado representacional da linguagem vem expresso por meio de ‘unidades de informação’ que envolvem processos materiais, com o narrador como ator principal – (eu) trabalhei na TERRACAP... eu fiz a prova... (eu) num passêi – ou seja, os verbos utilizados configuram experiências de vida do mundo físico do narrador, com significados categóricos que envolvem o “fazer”, bem como o “acontecer”. Já as duas ‘unidades de informação’ seguintes – fiquei desempregado porque não tinha outra profissão – envolvem verbos que denotam processos relacionais, com significados associados a relações abstratas, isto é, ao mundo do “ser”. Cabe, aqui, esclarecer que uma ‘unidade de informação’, termo proposto por Halliday (1989) equivale à ‘oração narrativa’ em termos labovianos (cf. Silva, 2001: 90).

Enquanto a oração – (eu) fiquei desempregado – exhibe uma relação intensiva atributiva entre um ‘portador’ (1ª pessoa subtendida no verbo) e um ‘atributo’ (desempregado), a oração seguinte – *porque (eu) não tinha*

outra profissão – deixa clara um processo que configura uma relação possessiva atributiva, o qual é marcado por uma circunstância de negação (*não tinha*), além de aparecer acompanhado de uma ‘característica’ (1ª pessoa subentendida no verbo) e de um ‘valor’ (outra profissão).⁸ Tal diferença na estrutura sintático-semântica desses segmentos narrativos acentua, a meu ver, uma relação argumentativa de razão/consequência, já anunciada no segmento narrativo anterior, com que o narrador expressa um momento crucial da sua situação de vida.

Por outro lado, nas orações de processos materiais, cujos núcleos revelam outros participantes que não o narrador, constata-se a omissão do ator e do agente da passiva, conforme explicitado nas estruturas (a) e (b) apresentadas a seguir.⁹

(a)

		MODO		RESÍDUO	
<i>De</i>	<i>qu</i>	-----	<i>passar</i>	<i>a exigir</i>	<i>concurso</i>
<i>pois</i>	<i>e</i>	-----	<i>am</i>		
Cir	co	sujeito	finito	predicado	compleme
cunst.	nector	(ator)		r	nto
					(meta)

(b)

		MODO		RESÍDUO	
				UO	
<i>Aí</i>	<i>Eu</i>	<i>fui</i>	<i>mandad</i>	<i>embora</i>	-----
			<i>o</i>		----
co	sujeito	finito	predica	circunst	agente
nector	(afetado		dor	ancial	da passiva
)				

Pode-se interpretar esse apagamento no discurso do narrador, tanto do termo que implica o sujeito (ator) da oração, quanto do agente da passiva, como uma pista, no nível semântico-pragmático, reveladora do distanciamento institucional vivenciado pelo narrador com relação à TERRACAP, órgão do Governo Federal responsável pelo seu “afastamento” do emprego. Tal afastamento se deu em má hora na vida do narrador, sobretudo, pela sua responsabilidade enquanto chefe de família.¹⁰

Já entre os processos materiais que conformam as ações e os eventos no trecho –

chegá em casa, vê a mulher e os filho chorando em frente as panela vazia... o jeito foi vim pra Brasília e acampá nas ruas com a família... recolhê entulho na carroça e vendê o que achar... latinhas... papelão e outras coisas... pra

dá de comer e podê sobreviver – destaca-se a presença de um verbo de processo mental com significado categórico voltado pra o mundo da consciência. Trata-se da forma verbal *ver*, que envolve um ‘experenciador’ (narrador) e um ‘fenômeno’, termos também sugeridos por Halliday e Mathiessen (2004). As demais formas verbais sublinhadas, além de implicar processos materiais do mundo físico – *chegar, vim, acampar, recolhê, vender, dar de comer, podê sobreviver*, configuram ações conseqüentes da percepção do ‘experenciador’ diante do ‘fenômeno’ da pobreza configurada no choro da família e na metáfora da fome, representada pelas panelas vazias.

O exemplo (1) analisado acima ilustra a situação de grupos de famílias que chegam a Brasília, arrastados pela necessidade imediata de sobrevivência. Não muito longe das áreas verdes – que circundam no Plano Piloto as quadras comerciais, as superquadras residenciais de classe média e alta, bem como a zona administrativa –, essas famílias encontram sempre algum ponto para se instalar. Sempre por tempo provisório, abrigam-se sob árvores, em tendas de plástico negro, pedaços de carpete encontrados no lixo dos prédios públicos e outros materiais que coletam pelas ruas. E muitos, a exemplo de Antônio, que arrasta pelos asfaltos da cidade a sua carroça sem cavalo, acabam encontrando no lixo uma forma de trabalho informal e de fonte de renda para a sobrevivência de suas famílias. O lixo coletado constitui, assim, o ponto de tangência com a sociedade abastada que os cerca, uma vez que é vendido a grandes empresas que se beneficiam da imagem de uma responsabilidade ecológica e social.

Mas nem sempre uma família “sem teto” permanece unida, uma vez que as situações de adversidade para a mulher costumam ser mais difíceis de serem superadas. As panelas pretas, sobre pedaços de tijolos, num fogareiro improvisado feito no chão de terra que compõe o cenário da miséria, evidenciam isso. A escassez diante das exigências das necessidades básicas para sobrevivência, concretizada nas condições de higiene sempre precárias, na falta de água, somada à contingência do não ter o que comer, tampouco se vestir, constituem uma constante.¹¹ *Viver na rua é coisa que só homem agüenta*, afirmou José durante entrevista narrativa, cujo trecho se destaca a seguir.

(2) *Tem seis anos que vivo aqui em Brasília com meu filho de 12 anos, sempre morando em acampamento. Já morei perto da vila Planalto, depois perto da casa do Ceará., num terreno perto da 911... tudo aqui na Asa Norte. A minha mulher não agüentou a rua e voltou pra terra natal... Viver na rua é coisa que só homem agüenta... eu já acostumei. Meu filho tá até na escola... aqui na Asa Norte. Estou bem por aqui. Tenho muitos amigos que me ajudam a tomar conta do meu garoto quando estou na rua trabalhando... catando material pra vendê. /.../ Às vezes consigo tirar R\$ 200,00 na quinzena. Mas tem vez que eles [os*

fiscais do GDF] tomam o meu cavalo e eu tenho que pagar uma multa pra eles me devolvê...

(José, 52 anos)

O exemplo (2), mais que ilustrar o discurso de um homem que expressa sua experiência de viver há seis anos em situação de rua, permite observar uma capacidade de adaptação e, ao mesmo tempo, um senso crítico que ilumina uma espontaneidade transparente, além de marcar uma auto-identidade, o que é evidenciado em afirmativas como: *viver na rua é coisa que só homem agüenta /.../ eu já acostumei /.../ meu filho tá até na escola.../.../ estou bem por aqui./.../ tenho muitos amigos*. Apesar do elo conjugal rompido pela volta da mulher para a terra natal, a identidade de José é fortalecida pela manutenção de seu papel de pai (numa família monoparental) e pelos laços de solidariedade do grupo a que pertence, bem como pelo trabalho de rua, concretizado na coleta de material que lhe permite uma renda para sobrevivência.

O relato de José é iniciado com uma forma verbal (*tem*) que, além de ocupar a posição de tópico, funciona com o sentido categórico de *existir* (equivalente à impessoalidade de *haver* no sentido de tempo), completado pelo termo existente (*seis anos*), o que ocorre seguido de processo material (*viver*), acompanhado, por sua vez, de um participante ator (narrador), bem como de uma circunstância de lugar (*aqui em Brasília*) e de um adjunto adverbial de companhia (*com meu filho de 12 anos*). A propósito, a circunstância de lugar é marcada de maneira recorrente ao longo desse segmento narrativo, ora acompanhando verbos que denotam processos materiais, ora acompanhando verbos que envolvem processos relacionais, conforme destacado abaixo:

- *...que vivo aqui em Brasília com meu filho de 12 anos,*
- *sempre morando em acampamento*
- *já morei perto da Vila Planalto*
- *depois perto da Casa do Ceará, num terreno perto da 911...tudo aqui na Asa Norte*

- *Viver na rua é coisa que só homem aguenta.*
- *Meu filho tá até na escola....aqui na Asa Norte.*
- *Estou bem por aqui.*

Enquanto os quatro primeiros segmentos envolvem a linha orientacional da narrativa (quem, onde, como), com formas verbais que caracterizam processos materiais (*vivo, morando*), os segmentos seguintes exibem comentários avaliativos, os quais são construídos com verbos que

explicitam processos relacionais (*é, tá, estou*), associados ao mundo das relações abstratas.

Quanto ao significado identificacional – o que pode ser ilustrado com os três comentários avaliativos acima destacados –, trata-se de um narrador cuja identidade, mais que de um sujeito conformado diante das vicissitudes da vida, parece encontrar-se equilibrada mediante uma harmonia entre seu mundo interior e o meio em que vive, o que se encontra sintetizado no segmento oracional *estou bem por aqui*. De acordo com Fairclough (2003), a avaliação constitui um aspecto do significado textual que contribui na análise da identidade, relacionada, sobretudo, ao estilo individual.

Nessa perspectiva, no segmento avaliativo – *meu filho tá até na escola... aqui na Asa Norte* –, a preposição *até* funciona, no nível sintático, como um “marcador de foco inclusivo”, o que permite ao narrador enfatizar, no nível discursivo, uma informação nova que ele considera relevante, além de imprimir no seu relato a seguinte relação de contraste: apesar de sua identidade de morador de rua, seu filho está na escola.¹² Por um lado, o fato de o filho estar *até* na escola remete a um direito constitucional elementar, mas que é tomado como uma vantagem no discurso do narrador. Observe-se, por outro lado, a força semântica dos elementos gramaticais – *meu* e *até* – que ultrapassam, dentro do enunciado em destaque, o significado estrutural de modificador e de palavra de relação, respectivamente, o que nos permite reforçar a idéia de que a gramática, mediada por processos cognitivos, molda a realidade social e é dialeticamente moldada por esta na continuidade das atividades lingüístico-discursivas (cf. Silva, 2005: 45).

Uma observação a mais deve ser, aqui, explicitada. O significado identificacional no segmento destacado anteriormente encontra-se marcado também pelo papel do pai, que é enfatizado justamente no uso do possessivo *meu*, uma forma carinhosa, no caso, de fazer referência ao filho, cuja situação de estar *até* na escola, pode permitir a ambos sublimar a experiência de viver “sem teto”, ainda que na condição de uma família monoparental nômade.

Esse fato de os moradores de rua terem a condição de nômades e viverem acampados em terrenos vazios, ou em áreas verdes da cidade, por terem perdido um vínculo societal (emprego), como Antônio, e ainda comunitário (ruptura conjugal), como o caso de José, não implica a perda de identidade, sobretudo, porque há sempre a possibilidade de que ela seja reconstruída nas ruas, apesar das inúmeras situações de adversidade. Vejamos o exemplo a seguir.

(3) *Eu sou “rueiro”. Tô em Brasília faz dez anos... nunca consegui um lote para morar. Mas eu vou conseguir um dia... eu tenho direito... /.../Eu vim de Irecê [Bahia]. Lá eu trabalhava na lavoura de feijão, mas deu uma seca que durou três anos... num dava pra plantar*

nada... e aí ficou duro de viver. Larguei família e tudo. Vim pra cá, mas não consegui ser fichado pra arrumar emprego. Perdi meus documento...título de eleitor/tudo....nem voto mais. Cuido de carros no estacionamento e cato material pra vender/...Morei primeiro no acampamento do iate [área de cerrado atrás do Iate Clube de Brasília], mas os bichos de pé acabam com o sossego de quem vive ali....agora eu tô por aqui [terreno do Ministério da Saúde na Asa Norte], até a hora que chegar os fiscais do GDF e me botar pra fora.

(Damião, 57 anos)

Embora haja um predomínio de orações narrativas, que configuram processos materiais voltados para o mundo físico do narrador, um comentário avaliativo inicial se destaca na narrativa acima – *eu sou rueiro*. Trata-se de um segmento oracional que envolve claramente um processo apontado para o mundo do “ser”, mediante uma relação intensiva atributiva entre o portador (o próprio narrador) e um atributo (*rueiro*), o que marca, no caso, sua auto-identidade de andarilho. Não obstante, o senhor de 57 anos, ao trocar a vida de lavrador, no interior do país, pela realidade de viver em condição de rua na capital, numa situação nômade, de extrativismo para subsistência, acalenta ainda planos de ter um lote para morar, o que é expresso em dois segmentos oracionais: *mas eu vou conseguir um dia...eu tenho direito*. A primeira oração implica um processo mental associado a um desejo, ou seja, ao mundo da consciência, do “sentir”, enquanto a segunda oração expressa um processo relacional, marcado pela presença de uma relação possessiva atributiva, com uma característica (na pessoa do narrador) que possui um valor, ou seja, um “direito”. Trata-se, no caso, de um direito constitucional brasileiro quanto à terra, à propriedade, bem como à moradia. E o narrador tem consciência disso.

Por um lado, Damião faz parte de um grupo que comparte representações sociais, como a idéia de “direito” a um lote, a um pedaço de terra. De acordo com T. van Dijk (1999: 182), “a identidade social de um grupo está também especialmente construída pelo discurso intergrupual, nos quais os grupos se identificam, assim como seus membros, por razões de autorepresentação, autodefesa e legitimação”. Nesse sentido, pode-se afirmar que, assim como Damião, os moradores de rua de modo geral se aproximam das reivindicações do grupo do MST (Movimento dos Sem Terra), voltado para o campo, cujo correspondente urbano é o Movimento dos Sem Teto, porém com força representativa menor. Por outro lado, o fato de ter hoje a identidade de “rueiro” não o impede de continuar a sonhar com uma vida digna. Para os membros individuais de um grupo, isso significa que parte de sua identidade pessoal (ele próprio) encontra-se associada a uma identidade social, no caso, “rueiro”, uma autorepresentação como membro de um grupo dos excluídos socialmente, ou seja, dos sem teto.¹³

Cabe, aqui, assinalar que pessoas como Damião, José, Antônio e sua família vivem numa situação de apartação. Uma observação a mais se faz necessária: por não terem um local fixo para morar, um trabalho regularizado, os moradores de rua não são contados nas estatísticas oficiais, o que os deixa fora de programas de assistência, na condição de “apartados” socialmente, sem direito a voto, sem cidadania. Nessa perspectiva, são brasileiros que deixaram há muito tempo de pertencer ao mundo oficial e passam, agora, a viver numa espécie de limbo da sociedade, castigados pelo pecado que carregam de se encontrarem deserdados na vida pela exclusão econômica e social. E o mais agravante é que nossa sociedade continua a tratar essas pessoas sem teto tão somente como parte de um grupo social *economicamente desnecessário, politicamente incômodo e socialmente ameaçador, podendo, portanto, ser eliminado*, como assevera Nascimento (2003), citado anteriormente. Isso pode ser ilustrado em duas notas apresentadas adiante, retiradas da mídia escrita.

De início deve-se ressaltar que, diferente das entrevistas realizadas com moradores de rua, que podem ser apontadas como “gêneros desencaixados” – uma vez que transcendem a redes particulares de práticas discursivas –, as notícias jornalísticas podem ser vistas como “gêneros situados”, já que pertencem a uma rede de prática particular de um grupo ligado a uma instituição, conforme sugere Fairclough (2003).¹⁴ Além disso, de acordo com T. van Dijk (1999: 205), os jornalistas como grupo desenvolvem ideologias profissionais com relação a outras elites, outros grupos de poder, o que será ilustrado adiante.

Observe-se, por um lado, que as duas notas destacadas nos exemplos (4) e (5) apresentados a seguir, incluem, por meio do discurso direto, falantes ou representantes institucionais que, por se encontrarem associados aos fatos, têm seus discursos citados como argumento de autoridade, o que imprime mais credibilidade à notícia. Por outro lado, trata-se de uma maneira de enfatizar uma informação, por meio do discurso do outro, o que, a meu ver, descompromete a posição do jornal, numa espécie de neutralização da instituição diante dos fatos ocorridos.

As vozes selecionadas e as maneiras como são apresentadas permitem o mapeamento das representações particulares do evento, ou seja, por meio delas é possível inferir a articulação dos momentos das práticas envolvidas numa determinada conjuntura. Cabe assinalar, ainda, que discursos podem ser diferenciados justamente pelo modo particular de “lexicalizar” o mundo, não só o mundo material, mas, sobretudo, as relações sociais e as ideologias (Fairclough, 2003a). Vejamos.

(4) ***Fiscais do SIVSOLO derrubam barracos***

A Subsecretaria do Sistema Integrado de Vigilância do Uso do Solo (SivSolo) retirou 36 barracos na Asa Norte ontem à tarde. A operação foi feita em pontos considerados críticos na região: nas quadras 216, 909, 910 e 911. “A maioria dessas pessoas tem residência fixa e só fica aqui durante a semana para coletar o material reciclável”, explica o coordenador da operação, tenente Nelson Ramos. Os invasores não apresentaram resistência, mas avisaram que vão voltar.

(Correio Braziliense, p.22, 27/03/07)

O exemplo (4) ilustra, ainda que neutralizado pela aparência cível do título, uma ação militar contra moradores de rua, a qual aparece “camuflada” na unidade de informação: *explica o coordenador da operação, tenente Nelson Ramos*. Cabe, aqui, esclarecer que tal operação ocorreu em terrenos situados no Plano Piloto da cidade, os quais se encontram demarcados, de acordo com o plano urbanístico, para a construção de prédios públicos (quadras 909, 910 e 911), bem como para ser transformado em quadra residencial (216), destinada a classes sociais favorecidas economicamente.

Embora na unidade de informação – *a operação foi feita em pontos considerados críticos na região* – o termo *a operação* apareça de maneira específica, mediante o emprego do artigo definido, para referir anaforicamente uma ação do órgão (SivSolo) ligado ao Governo Federal, deve-se observar, como bem registra Rajagopalan (2003), que a influência da mídia na formação da opinião pública a favor ou contra personalidades e acontecimentos noticiados começa no ato da designação, o que pode ser ilustrado também no segmento: *os invasores não apresentaram resistência, mas avisaram que vão voltar*. O emprego da expressão *os invasores* constitui uma referência exofórica aos moradores de rua, cujas identidades sociais são apagadas na reportagem, ou melhor, ignoradas, uma vez que são designados tão somente por meio da pluralidade, numa espécie de inclusão no texto apenas por meio da “coletivização”.¹⁵ Deve-se ressaltar que tais nomeações, veiculadas em atos referenciais supostamente neutros, envolvem, na verdade, uma opinião avaliativa por parte do jornal. Para explicitar o poder da designação, no presente contexto analítico, recorro às palavras de Rajagopalan (2003: 87), que registra o seguinte: “é justamente por estar camuflado como um simples ato referencial que tais descrições acabam exercendo tamanha influência sobre o leitor do jornal. À medida que o leitor vai-se acostumando ao rótulo, deixa de perceber que a descrição não passa de uma opinião avaliativa”.

Duas observações a mais se fazem necessárias. Por um lado, os termos “a operação” e “os invasores”, que aparecem no texto jornalístico destacado acima, guardam relação com representações sociais que caracterizam, sobretudo, posições ideológicas profissionais, associadas a grupos que detêm o poder, ou que trabalham para o poder. Enquanto o primeiro termo configura uma representação específica, de caráter institucional, o segundo constitui uma representação genérica, com carga semântica de contravenção, ilegalidade. Por outro lado, os denominados invasores são os catadores de materiais recicláveis, grupo social excluído, cujo trabalho informal, ainda que efetivamente não tenha sido reconhecido de modo oficial, como será discutido adiante, contribui de maneira indireta para a economia do país, ademais de constituir fonte de sobrevivência.¹⁶

Mas esse ataque contra os excluídos não se passa somente no Distrito Federal, como se pode constatar no exemplo (5) a seguir.

(5) ***Moradores de rua são expulsos***

Uma representação pedindo providências contra a expulsão de moradores de rua da cidade de Apucarana, no Paraná, será encaminhada ao procurador geral de Justiça do estado pelo chefe da Ouvidoria-Geral de Cidadania da Secretaria Especial de Direitos Humanos, Pedro Montenegro. “Se o fato de não ter ocupação habitual, não ter moradia constitui crime, então teremos milhões no Brasil nessa situação”, advertiu Montenegro. Segundo o ouvidor, houve uma denúncia de que os moradores de rua estariam sendo expulsos do município pelos órgãos públicos locais e alguns deles teriam sido inclusive fichados pela polícia. O prefeito de Apucarana, Valter Pegorer, explicou que recentemente foram abordadas 15 pessoas. As que eram do próprio município foram reconduzidas a suas casas. Seis delas optaram por viajar para cidades próximas e tiveram passagens pagas.

(Correio Braziliense, pp.8/9, 26/03/07)

Observa-se, já no título da matéria, o apagamento do agente da passiva como uma forma de a imprensa neutralizar a agência da ação aos olhos do leitor, o que é reforçado no interior do texto pelo emprego de formas verbais no futuro do pretérito, estratégia retórica que imprime à informação uma carga de possibilidade de as ações não serem verdadeiras de fato. Acerquemo-nos de três segmentos oracionais para examinar a função ideacional, por meio da transitividade de cada unidade de informação que ilustra, de maneira elucidativa, o significado representacional instaurado nesse processo discursivo.

- *Segundo o ouvidor, houve a denúncia*
- *De que os moradores de rua estariam sendo expulsos do município pelos órgãos públicos locais*

• e alguns deles teriam sido inclusive fichados pela polícia.

Um mapeamento da transitividade dos segmentos oracionais assinalados acima permite detalhar algumas considerações analíticas. O primeiro segmento em destaque, que topicaliza um participante envolvido indiretamente no discurso reportado (*segundo o ouvidor*), exibe um processo verbal de natureza existencial (*houve*), que é completado, nesse caso, pelo existente (*uma denúncia*). Os processo que aparecem nas duas unidades de informação seguintes carregam significados categóricos de “identificação”, o que remete ao mundo das relações abstratas, do “ser”. Vejamos a operacionalização desses significados na estrutura (c).

(c)

	MODO		RESÍDUO			
D e que	os moradores de rua	estari am	send o	expulsos	do município	pel os órgão públicos locais
C onector	identi ficado (afeta do)	finito	predi cador	identific ador (comple mento predicativo)	circuns tância: de lugar	age nte da passiva

O mesmo processo de relação identificativa pode ser observado na unidade de informação distribuída na estrutura (d).

(d)

	MODO		RESÍDUO			
E	algun s deles	teria m	sido	inclusiv e	fichad os	pel a polícia
co nector	identi ficado (afeta do)	finito	predi cador	circunst ância: de modo inclusiva	identifi cador (compl emento predicativo)	age nte da passiva

De início cabe ressaltar que as relações de poder ou de solidariedade, atitudes e julgamentos aparecem sempre expressas gramaticalmente, o que permite analisá-las mediante a estrutura modal da oração, bem como na modulação da mesma. Como bem observa Lima (2007:71), a estrutura modal das orações sofre influência direta do contexto de situação, o que pode ser apreciado acima, sobretudo com a forma verbal finita flexionada no futuro do pretérito, tempo hipotético que expressa dúvida, possibilidade,

recurso provavelmente utilizado na nota jornalística para manter a isenção do jornal.

Os segmentos esquematizados acima – construídos na voz passiva com agentes pertencentes ao mundo do poder executivo (*órgãos públicos locais, polícia*) –, constituem orações identificativas que permitem assinalar o identificado afetado (*os moradores de rua, alguns deles*) e os complementos identificadores (*expulsos, fichados*), relacionados entre si de maneira simbólica. De acordo com Guio e Fernández (2005: 95), “as orações relacionais identificativas têm dois papéis de participantes que pertencem a diferente ordem de abstração e se relacionam entre si de maneira simbólica, como a relação que se estabelece entre símbolo e simbolizado, forma e significado, nome e referente, ator e papel”.

Cabe, aqui, registrar que os processos relacionais predominam na matéria jornalística destacada no exemplo (5): *...não ter ocupação..., ...não ter moradia, ...então teremos..., ...estariam sendo expulsos, ...alguns deles teriam sido fichados..., as que eram do próprio município*. E isso não é por acaso, uma vez que, como sugerem Halliday e Mathiessen (2004: 247), “mais que outros tipos de processos, os relacionais têm um rico potencial para ambigüidade, o qual é explorado em muitos tipos de registros”, o que permite uma vinculação com o texto jornalístico examinado. A vaguidão no texto já se instala, a meu ver, no próprio título, com o apagamento do agente, bem como no uso do futuro do pretérito, que denota uma imprecisão não só quanto ao teor das ações, mas também quanto ao fato noticiado. Assim é que, à primeira vista, o leitor não identifica de que lado o jornal está, a favor ou contra a ação de expulsão dos moradores de rua.

Os outros processos empregados na transitividade do texto em questão são os seguintes: processo verbal (*Uma representação pedindo providências..., ...advertiu Montenegro; O prefeito de Apucarana explicou*); processo material (*será encaminhada, ...foram abordadas 15 pessoas, ...foram reconduzidas a suas casas. Seis delas... por viajar para cidades próximas*) e o existencial (*houve*) já comentado anteriormente. Enquanto os processos materiais sublinhados envolvem uma ação voltada para o mundo social físico (encaminhar, abordar, reconduzir, viajar), com significado categórico do “fazer”, os processos verbais (*pedir, advertir, explicar*), que implicam um significado categórico associado ao “dizer”, situam-se nas fronteiras entre os processos mentais e os relacionais, voltados para o mundo experiencial cognitivo. Ressalte-se que *pedir* implica um desejo subjacente, enquanto *advertir* aproxima-se, no caso, de uma censura e, ao mesmo tempo, um alerta. Mais que configurar uma advertência do chefe da Ouvidoria-Geral de Cidadania da Secretaria Especial de Direitos Humanos, conforme registrado na nota jornalística, o fato noticiado constitui um problema resultante do impasse da questão social brasileira. Em outras

palavras, constitui uma evidência, nesse caso específico, da ausência do Estado no controle da condução das políticas públicas municipais (e até federais). Por isso houve uma petição formal (consequência), de apelo jurídico, movida a partir de um fato (razão) que foi a expulsão “legalizada” de moradores de rua. Isso, em um país cuja constituição reza a igualdade de direitos.

O exemplo (7), apresentado a seguir, ilustra uma vez mais a postura do atual Governo Federal, com medidas administrativas que agravam a questão social no contexto brasileiro.

(6) **Governo do DF derruba barracos de catadores**

Centenas de crianças chorando, algumas pedindo de volta brinquedos que ficaram nos barracos demolidos por tratores. Moradoras, com voz embargada e com filhos no colo – sem oferecer resistência –, mostram fichas de cadastro do governo do DF como promessas de habitação popular. “Eu guardo esses papéis há anos, era a minha única esperança de vida digna, mas nem sei se vale mais alguma coisa”, lamentou Maria Cecília, 45, sem obter atenção por parte da PM. Essas foram algumas das cenas durante a derrubada de mais de 300 barracos na Via Estrutural, promovida na manhã de 31/01/07 pelo Governo do Distrito Federal (GDF)...

(Cáritas Notícias, 01/02/2007-
www.caritasbrasileira.org)

Por um lado, o texto acima pode ser caracterizado também como um “gênero situado”, uma vez que é da responsabilidade de uma organização específica – Cáritas Brasileira –, pertencente ao denominado terceiro setor na sociedade, cuja atuação objetiva garantir o respeito aos direitos humanos mediante cobrança, junto ao governo, de soluções efetivas e dignas para os excluídos socialmente. Isso justifica a diferença de posição do texto acima em relação aos exemplos de mídia, discutidos anteriormente.

Por outro lado, o texto (6) constitui uma matéria informativa que, em termos de estrutura textual, configura-se com padrão semelhante ao utilizado nos textos jornalísticos (4) e (5) analisados anteriormente. O título, apesar de telegráfico, não omite a agência da ação como no exemplo (5) e chega a aproximar-se do título do exemplo (4), dele se distanciando, porém, pela referência direta ao Governo e também pelo acréscimo de um sintagma “de catadores”. O que mais cabe ressaltar é o fato de se tratar de um discurso diferenciado dos outros dois justamente na maneira de “lexicalizar” o mundo, sobretudo no que concerne às ações executadas e sofridas, bem como aos atores sociais envolvidos. Observe-se que no texto em análise o oprimido tem voz, apesar de sua situação de exclusão. Diferente das notas jornalísticas que destacaram a voz de autoridades, nas respectivas matérias, a fala de uma moradora de rua é trazida para o interior da notícia, bem como

flashes das cenas do fato ocorrido naquela manhã de 31 de janeiro, tais como *crianças chorando, moradora* (em lugar de invasora) *com voz embargada*, o que confere cor e emoção ao relato, sublinhando a humanidade das pessoas envolvidas.

Uma observação a mais se faz necessária. As ações concretizadas nos fatos noticiados pela imprensa, analisadas nos exemplos (5) e (6), bem como a matéria divulgada *on line*, destacada no exemplo (7), ilustram o agravamento da situação de exclusão social de pessoas em situação de rua. Os acontecimentos noticiados permitem-nos apontar uma contradição diante de decisões tomadas pelo Estado, uma vez que as “operações” de expulsão ocorreram logo depois de um Decreto do Presidente da República, voltado para a inclusão social da população em situação de rua. Vejamos.

(8) **Decreto de 25 de outubro de 2006**

Constitui Grupo de Trabalho Interministerial – GTI, com a finalidade de elaborar estudos e apresentar propostas de políticas públicas para a inclusão social da população em situação de rua, conforme disposto na Lei nº 8.742, de 7 de dezembro de 1993, e dá outras providências.

(Diário Oficial da União, seção 1, pág. 4 – nº 206
- quinta-feira, 26/10/2006)

O texto em destaque constitui o **caput** do decreto em vigor, que permite vislumbrar uma esperança na implantação de programas de amparo efetivo à população brasileira em situação de rua. Trata-se do início da concretização de providências que deveriam ter sido tomadas há 14 anos, de acordo com o divulgado na Lei Orgânica da Assistência Social – LOAS nº 8.742, sobretudo, em seu Capítulo IV “Dos benefícios, dos serviços, dos programas e dos projetos de assistência social”, o qual trata de modo específico, na seção V, “Dos projetos de enfrentamento da pobreza”.

Cabe assinalar, aqui, a contradição que existe entre: a experiência narrada por pessoas em situação de rua, ilustradas nos exemplos de (1) a (3); a cobertura pela imprensa das situações vividas por essas pessoas, conforme atestam os exemplos de (4) a (7); e o que é objetivado no Decreto mencionado acima. Uma observação a mais se faz necessária: de acordo com a LOAS nº 8.742, em seu Artigo 12, compete ao Distrito Federal:

III – executar os projetos de enfrentamento da pobreza, incluindo a parceria com organizações da sociedade civil

Uma reflexão com base no exame atento sobre os termos oracionais – *executar os projetos de enfrentamento da pobreza* –, registrados na referida Lei, permite-nos identificar um “paradoxo socrático”, que surge num tempo real de curta duração, em decorrência das ações executadas pela administração atual do GDF, cuja política tem acentuado a situação de risco das pessoas em situação de rua no contexto da capital federal. Acrescente-se a isso o desrespeito à dignidade humana.¹⁷ Ressalte-se que os fatos destacados nas notas jornalísticas analisadas anteriormente são as evidências que mais provam.

Considerações finais

Com base nos exemplos analisados, pode-se afirmar que as pessoas refletem em seus discursos representações sociais de acordo com o contexto de situação vivido. Nesse caso, um contexto de exclusão social. Diante da situação de exclusão social, acarretada de modo cruel pela exclusão econômica, tem-se a perda do senso comum de família, enquanto ‘gênero de conhecimento’, tal qual sugere Moscovici (2003:345), para quem as representações compartilhadas governam o(s) sentido(s) da linguagem. No caso das famílias ‘sem teto’, que são privadas tanto de um abrigo primário (casa), quanto de um espaço de aconchego (lar), a idéia primordial de núcleo familiar tende a enfraquecer-se como representação social, sobretudo mediante a ausência das condições mais imediatas para suprir as necessidades básicas relativas ao bem estar, à saúde física e mental de seus membros.

Em palavras de Moscovici (2003: 322), “quando se estuda o senso comum, o conhecimento popular, estamos estudando algo que liga a sociedade, ou indivíduos, a sua cultura, a sua linguagem, seu mundo familiar”. Nessa perspectiva, trabalhar com o discurso de moradores de rua – os pobres e excluídos –, comparando seus relatos com discursos institucionais, é uma maneira de arquivar conhecimentos para tentar reconstruir uma visão global da nossa sociedade. Isso porque, sempre evocando o pensamento de Moscovici (2004: 328), “do mesmo modo que a linguagem é polissêmica, assim também o conhecimento é polifásico. De acordo com o psicólogo romeno, as representações compartilhadas governam o sentido da linguagem e não de outra maneira.

Por um lado, isso significa que as pessoas são capazes de usar diferentes modos de pensamento e diferentes representações de acordo com o grupo específico ao qual pertencem. Por outro lado, como já foi mencionado anteriormente, considero que transformar em material de trabalho o discurso de pessoas que vivem em situação de rua constitui uma

maneira de arquivar conhecimentos para fortalecer a identidade de uma classe oprimida pela pobreza.

Como se pôde ilustrar neste trabalho, a pobreza constitui, de fato, um fator de enfraquecimento da ‘família de origem’, a qual como bem observa Pardo (2005), equivale ao encaixe da ruptura ou crise do processo identitário. Diante dessa realidade, cabe ao analista de discurso apontar sempre as situações de iniquidades e injustiças sociais e, em condições propícias, transformar o seu discurso em arma de luta por uma sociedade mais justa, sobretudo, com o propósito de chamar a atenção para as políticas públicas.

Para finalizar, registro as palavras de Bordie (1993: 215), quanto à “demissão do Estado”:

A vontade plenamente louvável, de ir ver as coisas pessoalmente e de perto, leva, por vezes, a procurar princípios explicativos das realidades observadas exatamente no lugar onde eles não se encontram (pelo menos na sua totalidade), isto é, no próprio local de observação... O verdadeiro objeto de análise, que deve ser construído contra as aparências e contra todos os que se contentam em ratificá-las, é a construção social (ou, mais precisamente, política) da realidade deixada à intuição e das representações – principalmente, jornalísticas, burocráticas e políticas – de tal realidade que contribuem para produzir efeitos bem reais, antes de tudo, no universo político no qual elas estruturam a discussão, e até no universo científico.

Convenções de transcrição dos dados orais (baseadas em Silva, 2001)

Símbolo	Descrição
/	parada brusca
[]	inserção do analista
...	pausa
,	entonação média
!	entonação ascendente de exclamação
?	entonação ascendente de interrogação
.	entonação descendente
/.../	transcrição parcial ou parte suprimida

Notas

¹ Este artigo se insere no Projeto de Pesquisa sob minha coordenação, intitulado “O conceito de família e a pobreza nas ruas: um enlace crítico voltado para o contexto brasileiro”, que configura um dos desdobramentos de um Projeto maior: “Pobreza extrema na América Latina” da Rede Latino-Americana de Análise de Discurso (REDLAD), formada por cinco países: Argentina, Brasil, Chile, Colômbia e Venezuela. Agradeço a Laura Pardo (Argentina) e Viviane Resende (Brasil) pelas leituras críticas e comentários valiosos. Isso não as torna responsáveis pelas afirmações que faço, uma vez que o texto é de minha inteira responsabilidade.

² Dom Bosco, santo italiano com poderes premonitórios, cuja infância foi marcada pela pobreza da família, vislumbrou em sonho que, entre os paralelos 15 e 20 do hemisfério sul, haveria de surgir um lugar próximo a um lago, uma terra de promessa de onde iria verter leite e mel tamanha a sua riqueza. Tal lugar é Brasília, conforme apontam alguns intérpretes.

³ De acordo com Rocha (2005: 11), a “pobreza absoluta está estreitamente vinculada às questões de sobrevivência física; portanto, ao não atendimento das necessidades vinculadas ao mínimo vital”.

⁴ Cristovan Buarque (2003), em seu livro *O que é apartheid: o apartheid social no Brasil*, aponta e discute uma série de dez erros de natureza histórica, econômica e política, responsáveis pela imagem social da apartheid no contexto brasileiro. Ver também Resende (2005).

⁵ Por um lado, de acordo com o Código Civil Brasileiro, deve-se reconhecer, hoje em dia, as famílias monoparentais, cada vez mais presentes no seio da sociedade, assim como a tendência crescente de famílias formadas por casais homossexuais. Por outro lado, nos termos da Constituição Federativa do Brasil de 1988, em seu Artigo 226, § 3, a família, “para efeitos de proteção do Estado, é reconhecida a união estável entre o homem e a mulher como entidade familiar, devendo a lei facilitar sua conversão em casamento”.

⁶ Giddens (1993: 10) comenta a existência na atualidade de um número surpreendente de famílias “reconstituídas” ou “recombinadas” que configuram um novo modelo de família nos diversos segmentos sociais, inclusive nas camadas mais favorecidas da sociedade.

⁷ Os dados apresentados nos exemplos de (1) a (3) foram colhidos em Brasília e resultam de entrevistas narrativas obtidas junto a moradores de rua, cujos nomes foram substituídos por pseudônimos, de acordo com princípios éticos para a pesquisa qualitativa.

⁸ Os termos ‘portador’ e ‘atributo’ (para orações atributivas), ‘característica’ e ‘valor’ (para orações possessivas), bem como ‘identificado’ e ‘identificador’ (para orações identificativas) são sugeridos por Halliday e Mathiessen (2004).

⁹ As estruturas apresentadas constituem uma adaptação do modelo hallidiano. O termo MODO designa o processo oracional que envolve sujeito + forma finita (verbo auxiliar), enquanto o termo RESÍDUO envolve verbo principal + complemento.

¹⁰ Em vozes distanciadas do passado, o advérbio *embora* equivalia ao que Said Ali (1964: 190) registra como “um agouro benevolente enunciado pela fórmula *em boa hora*”. Hoje em dia, o uso da forma gramatical aglutinada pode implicar, além do significado de “afastamento”, um sentido contrário ao significado primevo, o que é evidenciado no contexto do discurso narrativo apresentado do exemplo (1).

¹¹ Descrição registrada no diário de campo da pesquisadora durante o período de pesquisa etnográfica.

¹² O termo “marcador de foco inclusivo” é sugerido por Susan Klein (2003: 138-9), para quem “foco é uma maneira de marcar certos efeitos discursivos na sentença”, o que, a meu ver, só pode ser plenamente interpretado levando-se em conta o contexto que extrapola o nível da sentença, ou seja, o texto.

¹³ A conformação pessoal de “rueiro” equivale à situação social de “modernonômade” apontada por Buarque (2003).

¹⁴ Quanto à estrutura genérica de um texto, Fairclough (2003: 68) sugere uma caracterização dentro da seguinte escala crescente: *pré-gêneros* (próximos aos gêneros primários e secundários da proposta bakhtiniana), *gêneros desencaixados* (entrevistas) e *gêneros situados* (notícias jornalísticas, assim como leis e decretos).

¹⁵ O termo coletivização é empregado de acordo com Van Leewen (1997), que propõe um inventário sócio-semântico dos modos pelos quais os atores sociais podem ser representados, estando cada escolha representacional sempre ligada a realizações lingüísticas específicas. Ver também Ramalho (2005).

¹⁶ De acordo com a jornalista Alessandra Bastos, em matéria publicada *on line* em 20/03/06 (Agência Brasil-ABr), “o movimento nacional dos catadores de materiais recicláveis estima que existam em todo país, 800 mil pessoas vivendo da coleta de material. Sessenta e cinco por cento trabalham nos lixões a céu aberto.”

¹⁷ De acordo com o Novo Dicionário Aurélio da Língua Portuguesa (1986: 1265), a tese socrática, num sentido filosófico, afirma que “ninguém faz o mal voluntariamente, mas por ignorância, pois a sabedoria e a virtude são inseparáveis”.

Referências

- Arcoverde, A. C. B. (2006).** “Manifestações da questão social no Brasil”. *In: Angela Almeida. . . et al. (Orgs.), Violência, exclusão social e desenvolvimento humano.* Brasília: Editora Universidade de Brasília, pp. 27-38.
- Bourdieu, P. et al (1997).** *A miséria do mundo*, 5ª edição, vários tradutores. Petrópolis: Vozes.
- Bursztyn, M. (org.) (2003).** *No meio da rua: nômades, excluídos e viradores*, 2ª ed. Rio de Janeiro: Garamond.

- Bursztyn, M. e Araújo, C. H. (1997).** *Da utopia à exclusão social: vivendo nas ruas de Brasília*. Rio de Janeiro: Garamond; Brasília: Codeplan.
- Buarque, C. (2003).** *O que é apartação: o apartheid no Brasil*. São Paulo: Brasiliense.
- Castel, R. (1998).** *As metamorfoses da questão social. Uma crônica do salário*. Petrópolis: Vozes.
- Cerqueira Filho, G. (1992).** *A questão social no Brasil. Crítica do discurso político. Retratos do Brasil*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira.
- Eggins, S. (2004).** *An introduction to Systemic Functional Linguistics*, 2nd edition. Inglaterra: Continuum.
- Escorel, S. (2003).** “Vivendo de teimosos: moradores da cidade do Rio de Janeiro”. In: Marcel Bursztyn (org.). *No meio da rua: nômades, excluídos e viradouros*, 2^a edição. Rio de Janeiro: Garamond, pp. 130-170.
- Fairclough, N. (2003).** *Analysing discourse: textual analysis for social research*. Londres: Routledge.
- Fairclough, N. e Wodak, R. (2001).** “Análisis crítico del discurso”. In: T. Van Dijk (comp.). *El discurso como interacción social*. Barcelona: Gedisa Editorial, pp. 367-404.
- Giddens, A. (1993).** *A transformação da intimidade: sexualidade, amor e erotismo nas sociedades modernas*. São Paulo: UNESP.
- Guio, E. e Fernández, M. L. (2005).** *Manual de lingüística sistémico funcional: el enfoque de M. A. K. Halliday e R. Hasan: aplicaciones a la lengua española*, 1^a edição. Santa Fe (Argentina): Universidad Nacional del Litoral.
- Halliday, M. A. K. e Mathiessen, C. M. I. M. (2004).** *An introduction to functional grammar*, 3a edição. Londres: Arnold.
- Halliday, M. A. K. (1975).** “Estructura y función del lenguaje”. In: John Lyons (ed.). *Nuevos horizontes en la lingüística*. Madrid: Editora Gredos.
- Hall, S. (2003).** *A identidade cultural na pós-modernidade*. Rio de Janeiro: DP&A.
- Klein, S. (2003).** “Foco no Português Brasileiro”. In: A. Müller, E. Negrão, M. Foltran (orgs.). *Semântica Formal*. São Paulo: Contexto, pp. 125-151.
- Lima, M. C. (2007).** “Discurso e identidade de gênero no contexto da escola”. Tese de Doutorado em Lingüística (inédita). Brasília: Universidade de Brasília, Programa de Pós-Graduação em Linguística.
- Martins, J. S. (1997).** *Exclusão social e nova desigualdade*. São Paulo: Paulus.

- Minuchin, S. (1990).** *Famílias: funcionamento e tratamento*. Porto Alegre: Artes Médicas.
- Moscovici, S. (2003).** *Representações sociais: investigações em psicologia social*, trad. Pedrinho A. Guareschi. Petrópolis: Vozes.
- Moscovici, S. (1996)** *A máquina de fazer deuses*. Rio de Janeiro: Imago.
- Nascimento, E. P. N. (2003).** “Dos excluídos aos desnecessários”. In: M. Bursztyn (org.), *No meio da rua: nômades, excluídos e viradores*, 2ª ed. Rio de Janeiro: Garamond, 2003, pp. 27-55.
- Pardo, M. L. (en prensa).** “El concepto de familia en el discurso de los indigentes argentinos y chilenos. Un análisis acerca del discurso neoliberal en la Argentina y sus consecuencias.” Departamento de publicaciones de la Facultad de Derecho de la Universidad de Buenos Aires.
- Porchmann, M. e Amorin, R. (orgs.) (2004).** *Atlas da exclusão social no Brasil*, 3ª ed. São Paulo: Cortez.
- Rajagopalan, K. (2003).** *Por uma lingüística crítica: linguagem, identidade e a questão ética*. São Paulo: Parábola Editorial.
- Ramalho, V. C. S. (2005).** “O discurso da imprensa brasileira sobre a invasão anglo-saxônica ao Iraque, dissertação de Mestrado em Lingüística (inédita).” Brasília: Universidade de Brasília, Programa de Pós-Graduação em Linguística.
- Resende, V. (2005).** “Literatura de cordel no contexto do novo capitalismo: o discurso sobre a infância nas ruas.” Dissertação de Mestrado em Lingüística (inédita). Brasília: Universidade de Brasília, Programa de Pós-Graduação em Linguística.
- Rocha, S. (2005).** *Pobreza no Brasil: afinal, de que se trata?*, 2ª ed. Rio de Janeiro: Editora FGV.
- Rosanvallon, P. (1998).** *A nova questão social: repensar o Estado-Providência*. Petrópolis: Editora Vozes.
- Said Ali M. (1964).** *Gramática Secundária e Gramática Histórica da Língua Portuguesa*, 3ª ed. Brasília: Editora da Universidade de Brasília.
- Salama, P. (2002).** *Pobreza e exploração do trabalho na América Latina*, trad. Emir Sader. São Paulo: Boitempo Editorial.
- Silva, D. E. G. (no prelo)** “Critical Discourse Analysis and the functional bases of language”. São Paulo: PUC, 33th Systemic Functional Congress International.
- Silva, D. E. G. (2005).** “Discurso e gramática: motivações cognitivas e interacionais. *a permeabilidade de fronteiras*. Brasília: Editora da Universidade de Brasília; Oficina Editorial do Instituto de Letras, pp. 37-48.

- Silva, D. E. G. (2001).** *A repetição em narrativas de adolescentes: do oral ao escrito*. Brasília: Editora da Universidade de Brasília; Oficina Editorial do Instituto de Letras.
- Van Dijk, T. A. (comp.) (1999).** *El discurso como interacción social*. Barcelona: Gedisa Editorial.
- Van Leeuwen, T. (1997).** “A representação dos atores sociais”. In: E. R. Pedro (org.), *Análise Crítica do Discurso: uma perspectiva sociopolítica e funcional*. Lisboa: Caminho, pp. 169-222.
- Velho, G. (1997).** *Individualismo e cultura. Notas para uma antropologia da sociedade contemporânea*, 4ª ed. Rio de Janeiro: Zahar.
- Xiberras. M. (1992).** *Les théories de l'exclusion*. Paris: Méridiens-Klincksieck.

Nota biográfica



Denize Elena Garcia da Silva es Maestra en Lingüística (1991, por la UnB) y Doctora en Lingüística Hispánica (1996, por la UNAM). Actua en la cátedra de Filología Románica junto a la Universidad de Brasília, en el curso de Letras, y trabaja como investigadora y profesora en el Programa de Pós-Grado de la misma universidad. Sus trabajos científicos se centran en el estudio del “Análise de Discurso Crítica: Gramática y Contexto Social” y, actualmente, se dedica de modo especial al proyecto “O conceito de família e a pobreza nas ruas: um enlace crítico voltado para o contexto brasileiro”.

E-mail: denizelena@gmail.com